Morte, Memória e História: a sepultura de Motta Coqueiro como lugar de reprodução simbólica do imaginário social macaense

Maria da Conceição Vilela Franco*

Em 1950, ao registrar fatos alusivos ao período de um século de história da Macaé antiga em forma de crônicas, Cezar José de Souza Mello foi impulsionado pelas lembranças melancólicas de Dona Vitalina Antão, uma centenária senhora que, nascida em 13 de junho 1831, contava à época com cerca de 120 anos. Segundo o cronista, Dona Vitalina tinha 24 anos quando presenciou o enforcamento de Motta Coqueiro, conforme a narrativa de Mello:

> *(...) recolhido preso na detenção da Corte,* [*veio*] *para esta cidade escoltado por grande força policial, a fim de ser executado, e foi aqui recolhido à cadeia pública, que era naquele grande prédio da rua da Boa Vista, esquina da rua Visconde de Quissamã, fundos da fábrica de malas. Dali partiu o lúgubre cortejo, acompanhado de autoridades, soldados e os batedores à frente. O juiz da época morava na casa onde hoje habita o Manoel Tatagiba. O* <u>*infortunado*</u> *Motta Coqueiro, sempre de cabeça baixa, caminhava silencioso e com dificuldades; suas longas barbas caídas sobre o magro peito, mal escondiam a corda do suplício, que ele trazia* [*atada*] *à cintura. As famílias da cidade, em sinal de pesado luto, cerraram as suas portas. Por toda parte dominava uma consternação geral. O* <u>*desgraçado*</u> <u>*inocente*</u>*, assistido pelo padre Freitas e acompanhado do carrasco - um negro hercúleo, espadaúdo, forte e mal encarado - subia ao patíbulo no dia 6 de Março de 1855, e padeceu o suplício da corda, do alto de um tablado erguido naquela praça. O [trágico] espetáculo foi pavoroso e horrível! O corpo de Motta Coqueiro foi, depois,* <u>*piedosamente*</u> *enterrado no* [*nosso*] *cemitério publico* (MELLO, 1950: 109-110). [grifo meu]

Com base em tais relatos, o cronista construiu a sua narrativa sobre a morte de Manoel da Motta Coqueiro e a cova que abrigava seus restos mortais, quando afirmou que:

> *Da silenciosa* <u>*Campa*</u> *de Motta Coqueiro, no nosso cemitério público, há de surgir um dia, o fogo-fatuo,* [*desenhado no espaço*] *simbolizando duas mãos*

* Mestre em História pelo PPGH da Universidade Salgado de Oliveira.
Pesquisadora da Subsecretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico/SEMAPH (Prefeitura de Macaé)

> *postas – em atitude de gratidão, iluminando a consciência* [*sempre terna*] *d'aqueles que jamais duvidaram de sua inocência* (MELLO, 1950: 94)

Segundo Mello, ao completar seus 120 anos, Dona Vitalina Antão ainda residindo em Macaé, na Rua da Boa Vista, na companhia de seus netos e bisnetos, alguns dos quais com 60 e 70 anos, foi entrevistada por ele enquanto possuía um bom estado de saúde:

> *(...) mantendo-se em gozo de suas plenas faculdades mentais sem discrepâncias* [*e claudicações*] *e revelando perfeita lucidez em todos os seus atos. Tem boa visão, não usa óculos e ainda se ocupa de pequenos serviços domésticos, costurando e remendando as suas roupas. De um extremo a outro da cidade, isto é:- da Rua da Boa Vista,* [*onde reside*]*, ao bairro dos Cajueiros, ela caminha* [*a pé*]*, sozinha, quando se dispõe a visitar e passar uns dias com uma sua neta, que mora perto do "Salão Reis" (...)* (Idem: 86)

Gozando de plena saúde física e mental. Dona Vitalina pôde descrever meticulosamente as suas lembranças vividas quanto tinha 24 anos e Manoel da Motta Coqueiro foi levado à forca, permitindo a Mello reconstruir as lembranças acerca do episódio que envolveu um dos casos de morte mais célebres de Macaé e, poderia arriscar a dizer, do Império Brasileiro. Recordações essas que foram por Mello descritas para que o cadáver ali depositado pudesse avivar a recordação dos antigos moradores e ulterior deleite da memória que, certamente segundo ele, serviria de julgo para gerações futuras. Neste sentido, o cronista foi um dos que do presente – como afirma Ulpiano de Menezes–, buscou construir a sua narrativa acerca de um famoso caso de morte e sentenciamento do passado (MENESES, 1992: 9-24).

Para demonstrar esse sentido da reconstituição das lembranças Ecléa Bosi considera que *"lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado."* Segundo Bosi, a lembrança é uma imagem construída no presente (BOSI, 1987: 17), Le Goff também observa que a essência da memória coletiva é mítica, deformadora, anacrônica, mas capaz de proporcionar uma reconstituição do vivido através da relação passado/presente. Para isso, o propósito da história é esclarecer a memória e suas contradições, assim como, ajudá-la a corrigir os seus erros e eu acrescentaria: ou o que se acredita que tenham sido *"erros"* (LE GOFF, 2003: 29)

O que não podemos deixar de observar nesta narrativa de Mello é a intrínseca relação que ele estabelece entre a sepultura e a memória construída em torno da morte de Motta Coqueiro. Nese sentido, vale ressaltar o pressuposto de Fernando Catroga que utiliza a ideia de que os cemitérios devem ser percebidos *como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social.* (CATROGA, 1999: 13). Portanto, um depositário social de reminiscências e recordações, onde a sepultura se constitui como um vestígio, uma lembrança, um sinal de vários tipos de memórias.

Dessa forma, os cemitérios podem ser analisados no contexto de uma dinâmica cultural e de transformações sociais, podendo ser vistos como espaços agregadores da memória e de história. (LIMA, 1994: 87). Espaços funerários que se encontram fortemente ligados a um processo de identificação e de pertencimento social. Apreender essas questões é algo que passa pela verificação da complexa relação existente entre Identidade, Memória e História.

De acordo com Michael Pollack, um fator importante para a compreensão dos aspectos sociais que compõem a memória é a abordagem sobre a função da memória coletiva e a sua ligação com a identidade social. Para ele "a memória também é um elemento constituinte do sentimento de identidade". Assim, a memória coletiva tem ainda a função de contribuir para o sentimento de perseverança na vivência do grupo (POLLAK, 1989: 3-15). Neste aspecto, Jacques Le Goff, também considera a memória um elemento essencial na constituição da identidade individual e coletiva, afirmando que a cultura histórica não depende somente das relações memória-história e presente-passado; já que também está ligada às diferentes concepções do tempo. Segundo ele, *"é na memória que cresce a história, que por sua vez se alimenta da mesma, procurando salvar o passado para servir o presente e o futuro"* (LE GOFF, 2003: 469-4710).

Por meio do conceito de Le Goff, acredito que cemitérios, sepulturas e demais artefatos funerários podem ser vistos no tempo como espaços originários da constituição da memória e da sua ligação com a identidade individual ou coletiva. Com efeito, é a partir da conjectura construída no silêncio da sepultura[1] de Manoel da Motta Coqueiro que pretendo analisar o modo pelo qual a sua condenação, morte e

[1] A sepultura de Manoel da Motta Coqueiro, segundo a crença popular, se encontra depositada no lado de fora do muro no cemitério de Santana, que na época do seu enterramento era tido como cemitério público.

enterramento contribuíram para a formação de elementos de constituição de determinadas memórias, lembranças e ou/esquecimentos, ao longo da história de Macaé. Da mesma forma, buscarei entender como a sociedade macaense formou e se relacionou com as várias memórias (re) criadas em torno do mito de Motta Coqueiro, que, a meu ver, estão diretamente relacionadas a sua morte e sepultamento.

A morte de Coqueiro foi responsável pela propagação da crença de que o fim da pena de morte no Brasil aconteceu após o seu enforcamento[2] e também originou uma forte crença popular, segundo a qual, ao proclamar a sua inocência no patíbulo, Manoel da Motta Coqueiro, teria dirigido à cidade de Macaé as seguintes palavras em forma de praga: *"Macaé durante cem anos não terá progresso"* (PARADA, 1995: 23-30). Se a crença se efetivou ou não, essa é uma questão que não pretendo tratar aqui, mas o fato é que os presságios do povo sobre a maldição de Coqueiro, foram doravante usados *"para justificar todos os problemas e insucessos"* ocorridos na urbe macaense durante cem anos após a sua morte (MARCHI, 1998: 298). Um exemplo de como a memória é um elemento essencial de constituição da identidade individual e coletiva e da própria história, segundo Le Goff, conforme analisei anteriormente.

Após sua morte, o imaginário tecido acerca da figura de Manoel da Motta Coqueiro, inicialmente determinou uma projeção negativa da sua memória, expressa no gesto de uma perturbação moral produzida por sua desonra, levando seus familiares a desvincularem-se dos laços parentais com ele. De acordo com Marchi, *"os filhos de Coqueiro e Úrsula das Virgens, que nunca tinham usado o cognome Coqueiro, também abandonaram o sobrenome Motta, não por raiva do pai, mas para escapar da inexorável desonra"* (MARCHI, 1998: 333).

Por outro lado, cem anos depois, e para além do efeito da praga excomungada no patíbulo por Coqueiro, começou a ser esboçada como demonstra a narrativa de Cezar de Souza Mello, uma projeção positiva de sua memória consolidada nas lembranças afetivas de Dona Vitalina Antão e na perspectiva das obras narrativas, memórias sobre o fato, viventes no contexto do crescimento da cidade a partir de meados do século XX. Passemos, então, ao início de toda esta história.

---

[2] Na verdade Coqueiro não foi o último homem livre sentenciado e executado na época do Império. Com base nos estudos de João Luiz de Araújo Ribeiro, pode-se afirmar que a última execução de um homem livre pela justiça civil brasileira não foi a de Coqueiro. Cf. RIBEIRO, João Luiz de Araújo. *Violência homicida diante do tribunal do Júri da Corte Imperial do Rio de Janeiro (1833-1885).* Rio de Janeiro, tese (doutorado) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós Graduação em História Social, 2008.

Manoel da Motta Coqueiro foi incriminado como mandante da chacina que vitimou a família do colono Francisco Benedito da Silva, em Macabu, que na época era Freguesia de Nossa Senhora da Neves. No ano de 1853, Coqueiro foi julgado por duas vezes e condenado à pena capital, tendo sido executado por enforcamento em 1855. A imprensa regional, através do *Monitor Campista*, documentou amplamente o caso acompanhando todas as etapas da *"reprovada transgressão moral"*, atribuindo ao acusado por grande moção popular e pela imprensa de Campos dos Goitacazes, a alcunha de *"Fera de Macabu"* (MONITOR CAMPISTA, 1852: 2).

Os acontecimentos que circunscrevem o crime cometido contra Francisco Benedito, sua mulher e cinco filhos, ocorridos em Macabu no ano de 1852, sem dúvida, é parte de uma trama que integrou a História de uma região do Norte do Estado do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. O assassinato dessa família foi exteriorizado na constituição de um imaginário regional, concebendo a projeção de memórias passadas e presentes, com uma repercussão ao alcance do século XXI. As representações construídas em torno da imagem acerca do julgamento, enforcamento e sepultamento de Manoel da Motta Coqueiro, acusado de ter sido mandante das referidas mortes, foram responsáveis pela figuração de um pequeno município do interior da Província do Rio de Janeiro no cenário da História Nacional.

Mesmo não me propondo a responder o que levou à condenação de Coqueiro, neste estudo farei uma exposição lacônica das questões que possibilitaram a identificação dos diversos tipos de memória construídos em torno desse acontecimento. Para tal, procurei investigar as motivações que impulsionaram as diferentes projeções em torno da construção da sua memória, no intuito de tecer possíveis relações entre a sua morte, a história e a memória na sociedade macaense.

Considerando-se tal indagação, trabalhei com o pressuposto de que a condenação, morte e sepultamento (segundo se diz: "no lado de fora do cemitério de Santana, devido ao fato de ter sido enforcado") de Manoel da Motta Coqueiro foi um elemento significativo para a construção de uma dada memória macaense: inicialmente, a constituição de uma lembrança que se quis apagar/esquecer e que acabou gerando uma lenda (o da praga sobre a cidade de Macaé - PARADA, 1995: 233) que reforçou uma idéia negativa sobre ele. Por outro lado, também foi construída posteriormente, uma

projeção positiva de sua memória, instituindo o mito da sua inocência. É este processo de transformação que passo a analisar.

Manoel da Motta Coqueiro: o prefácio de uma memória

Manoel da Motta Coqueiro nasceu na Freguesia de São Gonçalo, em Campos dos Goitacazes, no ano de 1802. Filho de Manoel José da Motta e de Anna Francisca Nascimento, dos quais, segundo tradição oral, não herdara o sobrenome Coqueiro, que seria originário da propriedade onde nascera denominada Fazenda Coqueiro. Casado pela segunda vez com Úrsula Maria das Virgens Cabral, natural da Freguesia de São Salvador de Campos dos Goitacazes, morreu por enforcamento no dia 6 de março de 1855, na Praça do Rocio. O seu corpo foi amortalhado em pano branco, encomendado pelo padre José Antônio d' Oliveira Pereira Leitão e depositado no cemitério de Macaé. Como se verifica no seu registro de óbito:

> *Aos seis dias de março de mil oitocentos e cincoenta e cinco nesta freguesia de São João de Macahe faleceu justiçado Manoel da Motta Coqueiro, com sessenta e cinco anos de idade, com todos os sacramentos, casado com Ursula Maria das Virgens; com testamento foi amortalhado em pano branco, encomendado por mim e sepultado no cemitério.*
> *Vigário José Antonio de Oliveira Paes Leitão.*[3]

A análise de seu registro de óbito deixa a dúvida sobre se seu sepultamento foi realmente localizado do lado de fora do cemitério de Santana, tendo em vista que o vigário mencionou que ele recebeu todos os sacramentos. Ritual este que implicava na confissão/penitência, eucaristia/comunhão e extrema-unção. Ora, se Coqueiro se confessou e recebeu a penitência, além de ter feito testamento – atendendo as exigências básicas da Igreja Católica no que diz respeito a preparação para a morte, conforme analisa Cláudia Rodrigues, e segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia –, ele não deveria ser sepultado do lado de fora do cemitério.[4]

---

[3] AIMSJB. Livro 2 (1849-1858). Assento de óbito de Manoel da Motta Coqueiro, p.56. Vale lembrar que apesar de o assento de óbito constar a idade de 65 anos, no auto de qualificação, realizado três anos antes do seu enforcamento, Motta Coqueiro declarou ter apenas cinqüenta e três anos. [grifo meu]

[4] Para maiores detalhes sobre as orientações eclesiásticas para a preparação da morte na Colônia e no Império, ver RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*. Sobre as normas eclesiásticas dos registros de óbitos e das condições para sepultamentos eclesiástico no Brasil desta época, ver IHGB. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas, e ordenadas*

No traslado dos autos do processo de Motta Coqueiro, no seu auto de qualificação, quando interrogado sobre a sua profissão, o próprio Coqueiro se declarou lavrador e que possuía uma fazenda no sertão do distrito de Macabu há mais de um ano. Contudo, entre 1844 e 1855, data do seu enforcamento, no relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro consta que Manoel da Motta Coqueiro e a sua mulher, Úrsula Maria das Virgens, eram lavradores de café na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus. Úrsula possuía, ainda neste período, uma fazenda de açúcar na Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes. Motta Coqueiro também aparece como fabricante de açúcar e aguardente na Freguesia de Santa Rita da Lagoa de Cima, onde era morador, na cidade de Campos dos Goitacazes (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, 1884 - 1889). Nestes termos, ele não parecia ser um remediado fazendeiro, como deixa a entender.

Entretanto, não há registro no relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro sobre a propriedade de Coqueiro no distrito de Macabu, que naquele período integrava a Freguesia de Nossa Senhora das Neves, e nem foi encontrada nenhuma referência documental que possa comprovar isso. No que tange à ausência de registros nos apontamentos dos relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro, indica-se a possibilidade de que, naquela descrição verbal, se dê preferências à relação das propriedades com um número superior a 10 escravos e que pode assinalar a fazenda de Coqueiro, localizada em Macabu, como uma propriedade possuidora de um pequeno número de escravos. O que pode explicar suas declarações no interrogatório.

Não obstante, cabe ressaltar que a referida fazenda situada no distrito de Macabu fora herdada por Coqueiro em 1825, como parte do legado do espólio do Comendador Manuel Antônio da Motta, seu tio-avô, proprietário de uma sesmaria no curato de Santa Catarina, em Macabu, e falecido no ano de 1824 (MARCHI, 1998: 54-55). Segundo Carlos Marchi, o Comendador Manuel Antônio da Motta, ao morrer, deixou-a como herança para Motta Coqueiro e mais doze sobrinhos. Coqueiro denominou a porção de terra que lhe coube de Fazenda Bananal

---

pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas no sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Ainda segundo Marchi, além desta propriedade, Coqueiro possuía mais uma propriedade em Macabu, a antiga fazenda localizada no Brejo dos Patos. Seria uma sesmaria pertencente aos padres beneditinos do Rio de Janeiro. O seu direito de posse teria sido adquirido por compra no ano de 1839. A esta ele deu o nome de fazenda Carrapato (Idem, p. 71). Todavia, no seu auto de qualificação, em 1852, ele declarou apenas a existência de uma só propriedade em Macabu, e a data para obtenção dessas terras foi o período de aproximadamente um ano, ou seja, em 1851(ANRJ. Autos do Processo de Manoel da Motta Coqueiro, 5º doc. de fls. 9-245).

Considerando a trajetória de Manoel da Motta Coqueiro e a partir da análise dos autos do processo do fazendeiro e dos corréus, pode-se afirmar que a pendenga entre ele e o seu colono, ocorrida nas terras situadas no curato de Santa Catarina, em Macabu, local onde ocorrera o crime do qual ele foi imputado, foi determinante para o desfecho deste episódio (MARCHI, 1998: 54-55). As mortes na família Benedito da Silva foram o fundamento principal para condução das narrativas históricas e lendárias em torno do mito construído acerca de Coqueiro. Entrementes, uma primeira questão a ser levada em conta, no que diz respeito à discussão que antecede à construção e à idealização popular de múltiplas projeções da memória acerca do mito Coqueiro, é a associação inicial entre o crime cometido contra o colono e sua família e o fazendeiro do sertão de Macabu, Manoel da Motta Coqueiro.

Passemos então ao referido crime: os assassinatos do colono de Coqueiro e da sua família ocorreram no dia 12 de setembro de 1852, no distrito de Macabu. A chacina aconteceu na residência do colono e foram vítimas, além dele e sua mulher, duas filhas maiores de quatorze anos, duas ditas menores de sete, e uma menor de três anos. Os corpos das vítimas foram encontrados amontoados em estado avançado de *"putrefação*". Um dos corpos, o de uma menina maior de quatorze anos, estava com o braço quebrado. Além disso, alguns foram queimados. Após o crime, os peritos que visitaram o local, disseram que o fogo teria sido ateado para esconder o "bárbaro" assassinato (ANRJ. Autos do Processo de Manoel da Motta Coqueiro, 1º doc. de fls. 1-5).

Com base nos depoimentos das testemunhas e principalmente em informações dos escravos da fazenda onde ocorreram as mortes, Manoel da Motta Coqueiro foi levado a julgamento sob a acusação de ter sido o mandante do crime,

sendo os executores Faustino Pereira da Silva, Florentino da Silva e o *preto* Domingos, escravo de Coqueiro. A alegação, em juízo, das testemunhas sobre o motivo que levou o a cometer estes assassinatos, foi o fato de Francisco Benedito da Silva ter se recusado a deixar as terras do fazendeiro em Macabu, sem antes receber os valores investidos por ele em benfeitorias naquela propriedade. Nos autos do processo não é possível identificar as motivações para que Motta Coqueiro desejasse a saída de Francisco Benedito das suas terras. Também, podemos perceber em outros momentos nos autos, que teria havido uma interferência da mulher de Coqueiro (Úrsula das Virgens) que, motivada por ciúmes, teria incentivado o marido a cometer as referidas mortes. Ainda assim, tais motivos serão diferentemente abordados por cada um daqueles que se dedicaram ao tema da morte de Coqueiro – como veremos adiante.

A testemunha mais notável e decisiva no processo acusatório contra Coqueiro foi a escrava Balbina, de nação Cabinda, com 38 anos, que dizia ser cativa do enteado de Coqueiro, Manoel Joaquim Batista Cabral, filho de Úrsula Maria das Virgens Cabral, mas que prestava serviço na fazenda de Coqueiro, em Macabu. Em todos os depoimentos que deu, Balbina afirmou que sabia que Coqueiro mandara os escravos Carlos (crioulo), Alexandre (de nação), Domingos (congo) e Fidélis (crioulo), matarem Francisco Benedito e toda a sua família. E que ouvira o acusado perguntar aos escravos, no corredor da casa, se já teriam matado a Francisco Benedito da Silva e todos os da sua família. E acrescentou ainda que

> *as mortes foram perpetradas no domingo à tarde, e que o dito Coqueiro estava em Campos, e chegara no sábado à noite, e no domingo, mandou os escravos fazerem as mortes, e na segunda feira de madrugada mandou atear fogo na casa*. (Idem, 2º e 5º doc. de fls. 12, 19-23)

Segundo Balbina, para cumprir as ordens do senhor na execução de Francisco Benedito e sua família, os escravos também foram acompanhados de *pessoas forras.* Por certo, estava se referindo à participação dos também acusados Florentino da Silva e Faustino Pereira da Silva. O primeiro era natural da Freguesia de São Gonçalo de Campos dos Goitacazes, com trinta anos de idade. No inquérito policial, ao ser

interrogado sobre a sua profissão, dissera ser jornaleiro.[5] Já Faustino Pereira, era lavrador, tinha quarenta anos de idade e natural de Quissamã, residente no local denominado de Paciência, no município de Campos dos Goitacazes(ANRJ. *Op. cit*., 5º doc. de fls. 9-245)

Constam ainda no traslado dos autos do processo os seguintes interrogatórios: o preto Fernando, a preta Carolina e a escrava Thereza mina, todos cativos de Coqueiro. Acrescidos a estes, também os depoimentos de Lúcio Francisco Junior Ribeiro, Joaquim Dunga, José de Souza Mariano, Sebastião Correia Batista e Manoel João de Souza, este feitor da fazenda Bananal.

Com relação aos acusados, interrogados e testemunhas, há de se atentar para o fato de que todos os envolvidos são naturais ou oriundos de Campos dos Goitacazes. Outra coisa que deverá ser levada em conta é o testemunho de Sebastião Correia Batista da Freguesia de São Gonçalo (Campos dos Goitacazes), pardo, residente no local, conhecido como "*Olho D'água"* em Quissamã. Em seu depoimento ao delegado de Carapebus, indicou Úrsula das Virgens Cabral, esposa de Coqueiro, como suspeita de ter exigido que o marido mandasse dar termo à vida de Francisco Benedito da Silva e sua família por ciúmes de uma das filhas do colono. Segundo ele, a dona Úrsula não ficaria satisfeita enquanto não visse a cabeça de uma das filhas da vítima, afilhada dela e do fazendeiro. A referida testemunha também menciona a existência de um filho mais velho de Francisco Benedito da Silva como uma das vítimas do crime, mas que não fora encontrado. Da mesma forma, outra testemunha, Manoel João de Souza, levantou a suspeita de que o crime ocorrera pelo fato de Coqueiro há muito desejar uma das filhas de Francisco Benedito, mas também por querer vê-lo fora das suas terras (Idem, 11º e 12º doc. de fls 267 e 268). A leitura dos autos do processo não permitem identificar explicitamente os motivos para este ultimo desejo.

Com base nestes dois depoimentos, podemos aventar a hipótese de que possivelmente Motta Coqueiro tivesse tido (ou tentado ter) um romance com uma das filhas do seu colono e que, por causa disso, sua esposa possa ter sido responsável por encomendar os assassinatos ou por influenciar Motta Coqueiro a praticá-los. Não temos como saber substancialmente o que ocorreu, mas a forma como este possível romance

[5] Jornaleiro no século XIX, segundo Bluteau, era "aquele que trabalha por jornal"; ou seja, aquele que recebe por um dia de trabalho. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712).* São Paulo: USP. Disponível no site: http://www.ieb.usp.br/online/index.asp. Acesso em 9 de Nov. 2008.

foi explorado por aqueles que buscaram reconstruir a história e, portanto, influíram na criação de outra memória sobre a morte de Coqueiro, nos leva a cogitar e compreender porque para alguns, como Carlos Marchi, Coqueiro teria sido um mártir, como veremos mais adiante, por assumir um crime que não teria sido seu, mas cometido por sua esposa. Entretanto, estas são apenas conjecturas, mas que não são de menor importância neste trabalho, na medida em que ajudou a compor uma determinada memória que atribuiu inocência a Motta Coqueiro e à crença de que a sua morte tenha sido injusta e cruel (Sobre isso, vale reiterar as considerações de Bosi sobre a reconstituição das lembranças, quando afirma que, lembrar o passado no presente, "*exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista"* (BOSI,.1987: 17).

Independentemente de sabermos a causa efetiva do assassinato e quem, afinal de contas, foi o criminoso ou mandante do crime, o fato é que desde os assassinatos, Motta Coqueiro ficou foragido por cerca de um mês e dez dias, tendo sido capturado em 23 de outubro de 1852. Em 19 de janeiro de 1853 foi realizada a sessão de seu julgamento e dos considerados corréus Faustino Pereira da Silva, Florentino da Silva e do preto Domingos. Quanto aos escravos Carlos, Alexandre e Fidélis, igualmente acusados de terem cometido o mesmo crime, não há referência nos autos do processo que os mesmos tenham sido julgados ou até mesmo detidos. A sentença condenatória, neste julgamento, foi a pena de morte para todos os envolvidos. Porém, os réus entraram com protesto para a realização de um novo julgamento, que ocorreu em 28 de março de 1853.

Levado novamente a júri popular, Manoel da Motta Coqueiro recebeu a confirmação da pena máxima por enforcamento. Em 29 de março do mesmo ano, aconteceu o julgamento do escravo Domingos, reafirmando a sentença de pena máxima, e no dia 30 de março realizou-se o segundo julgamento de Florentino Pereira da Silva e Faustino da Silva. Ambos receberam igualmente a condenação de pena de morte. Assim sendo, foram sentenciados à pena capital Manoel da Motta Coqueiro, como mandante, Faustino Pereira da Silva, Florentino da Silva e o preto Domingos como cúmplices do réu pela chacina que vitimou Francisco Benedito da Silva e a sua família.

De qualquer modo, à vinculação imediata do assassinato ocorrido na Fazenda Bananal e Motta Coqueiro, sobre o qual incidia a acusação de ser o mandante

do massacre sobrevieram novos eventos que foram amplamente divulgados na imprensa de Campos dos Goitacazes e da Corte e posteriormente a publicação de narrativas sobre o caso. Tais referências atuaram como principais veículos para divulgação da "matança" acometida sobre aquela família e o envolvimento de Coqueiro com esse acontecimento. A fuga, prisão, condenação, enforcamento e enterramento de Coqueiro acabaram contribuindo para a criação do mito em torno da sua figura.

Neste artigo pretendo, em especial, me ater a observação de uma matéria de jornal e das narrativas que referendam a sepultura de Coqueiro como um local de reprodução simbólica do imaginário social macaense e a partir do qual se preserva a sua memória. Em 24 de abril de 1890, já no período republicano, a questão envolvendo o caráter simbólico da sua sepultura foi abordada através da oportuna *Gazeta de Notícia*, com a seguinte manchete:

Motta Coqueiro
Cadáver algemado

> *O Sr. Dr. Amphrisio Fialho, chefe de polícia do Estado do Rio de Janeiro, recebeu do delegado de policia de Macaé o seguinte ofício:*
> *Cidadão.- Cumprindo respeitosamente o que por vós me foi ordenado em ofício de 11 do corrente, a respeito dos boatos espalhados, de ter sido encontrado no morro de Sant'Anna, nesta cidade, um esqueleto algemado, tenho a informar-vos que no dia 31 de março findo, tendo notícia desse fato, dirigi-me ao dito lugar, onde faziam escavações, acompanhado de dois médicos.*
> *Sendo indicada a cova, foram encontrados ossos humanos já destruídos, tornando-se impossível poder derramar alguma luz sobre a descoberta de um crime.*
> *Com esses ossos achava-se uma algema de ferro, fechada com cadeado de metal amarelo; é fora de duvida que ali fora sepultado um cadáver algemado, do sexo masculino, e pelas informações <u>que tenho colhido das pessoas antigas do lugar, essa ossada é do infeliz Motta Coqueiro</u>, que há 35 anos, mais ou menos, fora conduzido algemado ao patíbulo, tendo sido o corpo, ainda algemado, entregue à sepultura no dito lugar, pelo padre Leitão, então vigário da freguesia desta cidade.*
> *Existiam fragmentos de um caixão e outros ossos que podiam ser de outros cadáveres, devendo notar-se que esse lugar fora há muitos anos cemitério, abandonado depois por terem caído as cercas.*
> *Os médicos nada puderam descobrir, nem afirmam a existência de um crime.*
> *São estes os dados que pude colher pelo exame das diversas peças confiadas aos estudos dos médicos.*
> *Saúde e Fraternidade. - Ao cidad<u>ã</u>o Dr. Amphrisio Fialho, chefe de polícia interino do Estado do Rio de Janeiro.*
> *Delegado de polícia em exercício, Augusto Candido Pereira Dias* (BNRJ. *Gazeta de Notícias*, no dia 24 de abril de 1890) [grifo meu].

Um primeiro aspecto a observar é que, segundo este relato, Motta Coqueiro parece ter sido sepultado no interior do cemitério de Santana, corroborando a informação contida no seu registro de óbito. Além disso, fica patente na notícia de primeira página da *Gazeta de Notícia* o argumento reforçador da idéia de que, em uma perspectiva diacrônica, a sepultura de Manoel da Motta Coqueiro instituiu-se como um espaço de reprodução simbólica do imaginário social macaense. Tal representação pode ser reafirmada por Catroga ao considerar que todo jogo de "simbolismo funerário" parece ter sido determinado para a edificação de memórias "e em dar uma dimensão veritativa ao ausente" (CATROGA, 1999: 13).

Ainda, relativo aos boatos de ter sido encontrado no morro de Santana uma ossada humana, é relevante, destacar que tal fato coincide com a data da aprovação do regulamento deste cemitério, no mesmo ano de 1890, foi a partir da aprovação do referido regulamento que teve início a delimitação daquele espaço funerário, como a construção do seu muro em substituição à grade de madeira erguida três anos antes da morte de Manoel da Motta Coqueiro. Isso explicaria as escavações naquele local.[6]

Com relação às representações simbólicas geradas em torno da figura de Coqueiro percebe-se, portanto, que o caso passou a ocupar um expressivo espaço na imprensa da época, chegando até os dias atuais. Conforme enfatiza Renato Cezar Möller a produção jornalística acerca deste episódio permite verificar que a memória daquele passado se manteve presente em várias versões contraditórias no cotidiano da sociedade macaense durante um século e meio de história (MÖLLER, 2007: 23).

Além da contribuição da imprensa para a formação do imaginário regional acerca do episódio de Macabu, as narrativas literárias produzidas a partir dos anos finais de 1870, igualmente, configuraram valores simbólicos que repercutiram na visão jornalística que, por sua vez, influiriam na idealização e na reafirmação do mito de Coqueiro a partir de então. Tanto a produção jornalística quanto a literária podem nos ajudar a entender como se deu a construção das representações que simbolizam a sua figura em Macaé e na região do Norte Fluminense.

---

[6] É importante frisar que anteriormente àquele intervalo de tempo, a Confraria de Santana disputava com a Câmara Macaense, com a paróquia e com a irmandade do Santíssimo Sacramento o direito de ter cemitério próprio naquele local. Assim sendo, até então os enterramentos eram realizados dentro e ao redor da igreja de Santana. Esse fato pode justificar o achado daquela e de outras ossadas humanas naquele local.

Obras como a escrita por José do Patrocínio, Antão de Vasconcelos e Godofredo Tinoco, referendam a sepultura de Coqueiro como um local a partir do qual se preserva sua memória. Para sintetizar essa condição, ao final da sua narrativa Godofredo Tinoco, descreve os contrastes vividos pela cidade de Macaé ao longo de 111 anos após a história de Manoel da Motta Coqueiro. Afirma que mesmo com as transformações vividas pelas sociedades mundiais, a partir da segunda metade do século XX, e apesar da

> *invulnerável inquietação da hora que passa, ficou em Macaé, um lugarzinho remansado e feliz, onde vicejam ainda as mais suaves e gratas recordações ou as mais torturantes dúvidas: - é o silencioso cemitério de Santana, plantado, confundido ao solitário morro que lhe empresta o nome.*
> *Do velho e discutido Motta Coqueiro, no seu seio, não deixaram ficar, sequer, os miseráveis ossos algemados.*
> *Mas é bem possível que os simples, os crentes e os poetas, ao passarem por ali, nas noites enluaradas, tenham (ainda hoje!), a sua atenção presa para uma legião de duendes que tudo lhes dirão sem nada esclarecer (...).*
> (TINOCO, 1966 : 185) [grifo meu].

Vale ressaltar que o silêncio da sepultura de Coqueiro pode significar que, em um determinado momento, este silenciar representou uma forma de memória impedida. De acordo com Ricoeur *"a memória impedida evocada em 'rememoração, repetição, perlaboração' e em 'luto e melancolia' é uma memória esquecidiça"*, pois "*o próprio esquecimento é chamado de trabalho na medida em que é a obra da compulsão de repetição, a qual impede a conscientização do acontecimento traumático*." (RICOEUR, 2007 : 452)

Com base nessa declaração de Tinoco, é possível defender a ideia de que ele, José do Patrocínio e Antão de Vasconcelos, referendam a sepultura de Coqueiro como um local a partir do qual se preserva sua memória. Mais um aspecto que se fez presente na maioria dos relatos de Cezar Mello é a imagem acerca do silêncio da sepultura de Motta Coqueiro. Tais questões permitem afirmar que os cemitérios macaenses são verdadeiros "*lugares de memória"* e de construção histórica, pois são espaços de evocação do passado.

De tudo que foi analisado neste artigo, é possível concluir que a morte e sepultamento de Manoel da Motta Coqueiro foram fatores significativos para a construção de várias memórias, tendo também produzido esquecimentos e/ou silêncios

acerca da sua figura. O que, de inicio, atuou como um elemento reforçador de um julgamento negativo com relação a ele e, posteriormente, foi objeto de várias narrativas no sentido de reafirmar positivamente a sua memória, transformando-o em um mártir – seja por assumir a culpa de outrem e, portanto, ter morrido inocente; seja pela crença de que a sua praga efetivamente existiu e terminou exatamente como rogara o sentenciado, como demonstrou o desenvolvimento econômico da cidade na segunda metade do século XX. Por tais motivos, é possível dizer que sua morte e seu sepultamento geraram várias e diferentes narrativas que ficaram plasmadas na memória macaense até os dias de hoje.

FONTES

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, 1884 - 1889. Disponível no site: http://www.crl.edu/content.asp?

Apontamentos de Macaé Antigo. Manuscrito de Cezar José de Souza Mello.

Autos do Processo de Manoel da Motta Coqueiro, Florentino da Silva, Faustino Pereira da Silva e o escravo Domingos Cabinda, 1844-1855

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712).* São Paulo: USP. Disponível no site: http://www.ieb.usp.br/online/index.asp.

Jornal Monitor Campista: 1852, 1853, 1855, 1863, 1953, 1955

PARADA, Antonio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995. 2 vols.

PATROCÍNIO, José Carlos do. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, Rio de Janeiro: Oficina da Livraria Moderna, s/d.

TINOCO, Godofredo. *Motta Coqueiro*: a grande incógnita. Livraria São José Ltda, 3ª Ed. Rio de Janeiro: 1966.

VASCONCELOS, Antão. Evocações: crimes célebres em Macahé. Benjamin de Aguila-Editor, Rio de Janeiro, 1911.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória*: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. V.2, 1994.

MARCHI, Carlos. *Fera de Macabu, a história e o romance de um condenado à morte*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no Campo das Ciências Sociais. *Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 34:9-24, 1992.

MÖLLER, Renato Cesar. *A fera de Macabu:* memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição. Tese de doutoramento UERJ. Psicologia Social Rio, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, João Luiz de Araújo. *Violência homicida diante do tribunal do Júri da Corte Imperial do Rio de Janeiro (1833-1885)*. Rio de Janeiro, tese (doutorado) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós Graduação em História Social, 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.